

INSTITUTO SABIN

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

INSTITUTO SABIN

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ÍNDICE	PÁGINAS
Relatório dos Auditores Independentes	1 e 3
Balancos Patrimoniais	4
Demonstrações do Superávit/(Déficit) do Exercício	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	8 a 16

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PAR 18/033

Aos Administradores do

INSTITUTO SABIN

Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **INSTITUTO SABIN** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO SABIN** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

www.bakertillybrasil.com.br



SAUS Qd. 04, bl. A, lotes 09/10, salas 520 e 521 - Ed. Victória Office Tower
Asa Sul - Brasília/DF – CEP 70070-938 – Telefones (61) 3012-9900 – Fax (61) 3012-9900
www.bakertillybrasilbr.com.br



Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 08 de junho de 2018.



**BAKER TILLY
BRASIL**

MG AUDITORES INDEPENDENTES

CRCMG – 005455/O-1

Cristina Braga de Oliveira

Contadora – CRCMG 079371/O-6

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC/MG 005455/O-1

Gilberto Galinkin

Contador CRC MG - 035.718/O-8

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC/MG 005455/O

www.bakertillybrasil.com.br

 an independent member of
BAKER TILLY
INTERNATIONAL

SAUS Qd. 04, bl. A, lotes 09/10, salas 520 e 521 - Ed. Victória Office Tower
Asa Sul - Brasília/DF – CEP 70070-938 – Telefones (61) 3012-9900 – Fax (61) 3012-9900
www.bakertillybrasilbr.com.br



**BAKER TILLY
BRASIL**
AUDITORES & CONSULTORES

ATIVO	Notas Explicativas	2017	2016	PASSIVO	Notas Explicativas	2017	2016
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.177	1.952	Fornecedores	6	259.197	63.333
Impostos a recuperar		15.029	14.413	Obrigações trabalhistas e sociais		85.081	95.140
Despesas a apropriar		1.396	7.529	Obrigações fiscais	8	28.015	33.325
Outros créditos	4	235.788	272.473	Outras obrigações		4.735	3.358
		258.389	296.368			377.028	195.156
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9		
Imobilizado	5	101.559	42.688	Patrimônio social		143.899	(4.116)
		101.559	42.688	Superávits/(Déficits) do exercício		(160.979)	148.015
						(17.080)	143.899
TOTAL DO ATIVO		359.949	339.055	TOTAL DO PASSIVO		359.949	339.055

Raquel Ribeiro Vaz
 Presidente

Jose Francisco Viana de Sousa

Ana Dolores da Rocha Gomes
 Contadora- CRC-DF 014.790/O-7

	Notas Explicativas	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	10	4.569.759	3.919.092
Custo de Projetos, Contribuições e Serviços	11	(3.713.072)	(2.927.660)
LUCRO BRUTO		856.687	991.432
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS			
Pessoal, benefícios e encargos sociais		(755.543)	(644.562)
Administrativas	12	(242.589)	(174.475)
Tributárias		(11.484)	(13.359)
		(1.009.616)	(832.396)
RESULTADO OPERACIONAL		(152.930)	159.036
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	13	(8.049)	(11.021)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(160.979)	148.015
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		(160.979)	148.015

Raquel Ribeiro Vaz
 Presidente

Jose Francisco Viana de Sousa
 Diretor Financeiro

Ana Dolores da Rocha Gomes
 Contadora- CRC-DF 014.790/O-7

INSTITUTO SABIN

CNPJ: 07.417.024/0001-90

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em reais)



	Patrimônio social	Superávit/ Déficit do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(129.617)	125.501	(4.116)
Incorporação ao patrimônio social	-	-	-
Superávit do exercício	-	148.015	148.015
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(129.617)	273.517	143.899
Incorporação ao patrimônio social	-	-	-
Déficit do exercício	-	(160.979)	(160.979)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(129.617)	112.538	(17.080)

Raquel Ribeiro Vaz
Presidente

Jose Francisco Viana de Sousa
Diretor Financeiro

Ana Dolores da Rocha Gomes
Contadora- CRC-DF 014.790/O-7

INSTITUTO SABIN
CNPJ: 07.417.024/0001-90
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em reais)



	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa provenientes das operações		
Ajustes de Despesas/Receitas que não afetam o caixa	(160.979)	148.015
Depreciação e amortização	18.714	13.468
Superávit/(Déficit) ajustado	(142.265)	161.483
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução de impostos a recuperar	(615)	(3.826)
(Aumento)/redução de despesas a apropriar	6.134	235
(Aumento)/redução de outros créditos e depósitos judiciais	37.521	(180.937)
Aumento/(redução) de fornecedores	195.864	10.350
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas e sociais	(10.059)	4.149
Aumento/(redução) de obrigações fiscais	(5.309)	7.160
Aumento/(redução) de outras exigibilidades	1.377	2.376
Total das Variações	224.912	(160.494)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	82.647	990
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	-
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	82.647	990
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.952	962
No fim do exercício	6.177	1.952
Variação no período	4.225	990

Raquel Ribeiro Vaz
 Presidente

Jose Francisco Viana de Sousa
 Diretor Financeiro

Ana Dolores da Rocha Gomes
 Contadora- CRC-DF 014.790/O-7

INSTITUTO SABIN

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Sabin, associação de direito privado de interesse público, sem fins lucrativos, promove a melhoria da qualidade de vida de comunidades, nas áreas de saúde, esporte e educação.

A Entidade é estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede à SAAN Quadra 03, Lotes 165/245 – Asa Norte – Distrito Federal.

De acordo com o disposto na Lei nº 9.790, as entidades que objetivam obter a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) deverá reunir as seguintes condições, cumulativamente, para fazer jus a essa isenção:

- a) a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- b) a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;
- c) a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- d) a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;
- e) a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;
- f) a impossibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;
- g) as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2017**

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a ITG – 2002 (R1) – Entidades sem fins lucrativos e, naquilo que não estiver previsto neste normativo a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os normativos citados requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa de nº 3.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Executiva em 13/04/2018.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.3 Apuração do superávit/(déficit) do exercício e reconhecimento de receitas de doações

O superávit/ (déficit) do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os recursos recebidos pela entidade são oriundos de doações, realizadas por sua mantenedora, com destinação para apoiar projetos. Esses recursos são contabilizados em rubricas específicas. O registro das receitas é realizado quando do efetivo recebimento dos recursos.

2.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos.

O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

INSTITUTO SABIN

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Máquinas – 10 anos
- Veículos – 5 anos
- Móveis, utensílios e equipamentos – 10 anos
- Equipamentos de informática – 5 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado na nota explicativa de nº 5.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.5 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.6 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

2.7 Impostos e contribuições

A Entidade está isenta do pagamento de imposto de renda, contribuição social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), dessa forma não é registrado nenhum valor a título de Imposto de Renda/Contribuição Social e COFINS.

No entanto, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, como definidos pela legislação trabalhista, são obrigadas a recolher PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal.

INSTITUTO SABIN

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8 Outros ativos e outros passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo fixo/ projeto pescar	70	50
Depósitos bancários em conta corrente	6.107	1.902
	<u>6.177</u>	<u>1.952</u>

4. DEMAIS CONTAS A RECEBER

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamento de Férias	2.431	36.562
Adiantamento de Fornecedores	21.550	17.159
Adiantamento de Viagens	600	1.892
Adiantamento de Despesas	204.253	216.067
Outros Créditos	6.954	793
Total	<u>235.788</u>	<u>272.473</u>

INSTITUTO SABIN

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2017**

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. IMOBILIZADO

	Hardware	licença de softwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2017	8.838	5.477	71.031	3.650	153.460	242.456
Adições	2.479	-	-	-	75.943	78.422
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	11.317	5.477	71.031	3.650	229.403	320.878
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2017	(5.242)	(5.335)	(33.297)	(2.434)	(153.460)	(199.768)
Depreciação anual	(1.941)	(78)	(7.041)	(365)	(10.126)	(19.550)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	(7.183)	(5.413)	(40.338)	(2.799)	(163.586)	(219.319)
Valor contábil						
Em 1º de janeiro de 2017	3.595	143	37.734	1.216	-	42.688
Em 31 de dezembro de 2017	4.134	65	30.693	851	65.817	101.559

INSTITUTO SABIN

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. FORNECEDORES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Laboratório Sabin	49.372	-
Labaclen	4.883	8.753
Cemaza	280	-
Ipac Instituto	1.853	-
Vicente Coutinho	723	-
Santa Lucília	5.265	-
Renato Arruda	848	-
PHD	1.646	-
Quaglia	2.459	-
Tática Marketing	142.379	-
Zat Equipamentos	35.548	46.500
Outros Fornecedores	13.941	8.080
	<u>259.197</u>	<u>63.333</u>

7. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Salários a pagar	275	274
FGTS a recolher	3.432	3.654
INSS a recolher	11.682	18.451
Provisão de férias e encargos	69.702	72.761
	<u>85.091</u>	<u>95.140</u>

8. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PIS a recolher sobre folha	694	368
IRRF a recolher salários	23.169	27.521
IRRF a recolher serv. PJ	1.174	1.083
COFINS/CSLL/PIS	2.978	4.353
	<u>28.015</u>	<u>33.325</u>

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Patrimônio Social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial do Instituto, acrescido dos resultados (superávits e/ou déficits) apurados ao longo dos exercícios sociais.

INSTITUTO SABIN**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2017****(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)****(b) Superávit (déficit) do exercício**

Refere-se somente ao superávit e/ou déficit do ano corrente. Após aprovação, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto no estatuto, quando aplicável.

10. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Análise da receita por categoria		
Receita doações contribuições Sabin para custeio	4.530.317	3.883.220
Receita doações contribuição para custeio	37.225	31.892
Receita produtos Instituto	2.216	3.980
Total	<u>4.569.759</u>	<u>3.919.092</u>

As rendas geradas pelo Instituto são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa de nº 01.

11. CUSTO DE PROJETOS, CONTRIBUIÇÕES E SERVIÇOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ajuda de custo	102.535	57.881
Bolsa de estudo	7.063	11.982
Doações e donativos	2.335.591	2.073.018
Serviços pessoas físicas	7.150	35.107
Serviços pessoas jurídicas	1.130.430	551.863
Viagens, alimentos e estadas	74.415	98.749
Demais custos	55.889	99.060
Total	<u>3.713.072</u>	<u>2.927.660</u>

Áreas Temáticas	Principais Projetos	Áreas de Abrangência	Prazo de Execução	Investimento Anual (R\$ mil)
Saúde	1. Cuidando da Comunidade	Nacional	Contínuo	900
	2. Criança e Saúde	Nacional	2 anos de vigência da parceira (2016/2017)	100
	3. Ludoteca	Nacional	Implantação contínua	250
	4. Samurai (Unidade Móvel)	DF e GO	Curso de formação EAD (80 mil)	-
	5. Oficinas educativas (sexo seguro e mama)	DF e GO	Encerrado	20
	6. DST/AIDS	Nacional	Contínuo Eventual (entre agosto e setembro)	120

INSTITUTO SABIN**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2017****(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Campanhas	7. Campanhas (Mc Dia Feliz, Agasalho, Outubro Rosa, Novembro Azul, Jogos abertos, Dia Mundial da Luta contra AIDS, Natal)	Nacional	Datas eventuais ao longo do ano	115
	8. Equipe de Esportes Sabin	Nacional	Contínuo	350
Esporte	9. Apoio à atletas	DF, BA, TO	Contínuo	300
	10. Academia de Ginástica em praças e parques	Nacional	Eventual (1 a 2 por ano em cada cidade)	300
Inovação Social	11. Júnior Achievement	Nacional	Eventual	150
	12. Negócios de Impacto Social	Nacional	Contínuo	1108
			Total	3.713

12. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Depreciação e Amortização	18.714	13.388
Bens de pequeno valor	1.278	15.947
Combustíveis	20.914	14.854
Publicações técnicas	-	12.000
Manutenção e conservação	11.353	8.505
Lanches e Refeições	4.460	9.103
Seguros	9.484	18.305
Taxas e emolumentos	18.861	18.947
Viagens, alimentos e estadas	71.391	34.618
Outras despesas	86.134	28.808
Total despesas administrativas	242.589	174.475

13. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2017	2016
Despesas/Tarifas Bancárias	(6.629)	(6.206)
Juros e Multas s/ Títulos e Impostos	(3.711)	(6.618)
Despesas financeiras	(10.340)	(12.824)
Descontos obtidos	1.519	9
Rendimentos aplicação financeira	772	1.699
Juros / Correções	-	96
Receitas financeiras	2.291	1.803
Resultado financeiro líquido	(8.049)	(11.021)

INSTITUTO SABIN

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2017

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. COBERTURA DE SEGUROS

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O Prêmio líquido da apólice de seguro vigente em 31/12/2017 é de aproximadamente R\$ 3.597,24. O contrato possui prazo de vigência até junho de 2018. O bem segurado é um carro Doblô – utilizado na locomoção para as ações sociais feitas pelo Instituto Sabin, bem como nos serviços administrativos.

15. RECONHECIMENTO DA RENÚNCIA FISCAL

O Instituto goza de imunidade tributária em razão de sua característica de entidade sem fins lucrativos. Assim, demonstramos abaixo o valor do benefício fiscal (renúncia) obtido pelo Instituto:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IRPJ – Renúncia fiscal	341.581	289.527
CSLL – Renúncia fiscal	131.609	112.870
COFINS – Renúncia fiscal	137.093	117.573
ISS – Renúncia fiscal	91.395	78.382
Total	<u>701.678</u>	<u>598.352</u>

* * * * *